



ATA DA 551ª (QUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

No vigésimo nono dia do mês de julho de dois mil e vinte e um, às 14h, por videoconferência, reuniu-se o Conselho Fiscal da CBTU, com a presença do presidente do colegiado, KRISJANIS FIGUEIROA BAKUZIS e os demais membros do Conselho: FERNANDO MACHADO DINIZ e KAREN CRISTINA CREMER FRANCISCO SÁ TELES. Foram convidados o Gerente Geral de Gestão Financeira, JOSE DIAS DA SILVA FILHO; o Gerente Geral de Governança, VALMIR SOARES AZEVEDO; o Gerente Geral do Jurídico, MARCOS CAVALCANTI SARINHO e a Secretária do Conselho de Administração, RUTE PORTUGAL DOS SANTOS, para prestar esclarecimentos ao Colegiado. A Assistente Executiva LETÍCIA FRANCO RODRIGUES foi convocada para secretariar os trabalhos.

Verificando-se o quórum para instalação da reunião, procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes em pauta. Os membros do Conselho Fiscal, únicos presentes com direito a voto, deliberaram nos termos que se seguem:

1. Análise dos assuntos relativos ao plano de trabalho do CONFI.

1.1. Apreciação das atas nº 71 e 401 do Conselho de Administração. O Colegiado apreciou as referidas atas e não fez comentários acerca da ata nº 71. Quanto à ata de nº 401, em seu item 4, manifestou preocupação quanto ao aumento do valor do contrato da Auditoria Independente. O Gerente Geral de Governança informou ao Colegiado que o aumento foi referente à mudança no escopo dos serviços, que passarão a incluir a análise das demonstrações trimestrais. Informou, ainda, que o preço estimado na pesquisa de mercado não necessariamente será o preço contratado após a licitação, que resulta em valores menores após a disputa.

1.2. Apreciação das atas nº 67, 68 e 69 do Comitê de Auditoria. O Colegiado apreciou as referidas atas. Em relação ao item 2 da ata nº 67, *solicitou informações* sobre o 2º termo aditivo do contrato com a empresa Russell Bedford, em especial quanto ao escopo dos serviços. O Gerente Geral de



Governança informou que a empresa irá analisar somente o exercício de 2021. Em referência ao item 3 – licitação do Seguro D&O, o Colegiado *solicitou informações* sobre a abrangência do seguro. O Gerente Geral de Governança explicou que trata-se de seguro de responsabilidade civil para os administradores da empresa, e que a inclusão dos Conselhos de Administração e Fiscal, além do Comitê de Auditoria e Diretores, foi uma solicitação do Conselho de Administração. Item 6 – Recomendações da Auditoria, o Colegiado *solicita informações* sobre a baixa eficácia no atendimento das recomendações. O Conselho Fiscal *reitera* que a Auditoria Interna faça uma revisão do número de Recomendações da Auditoria visando a sua redução e melhoria da gestão, além do controle por meio de sistema informatizado. Ademais, *solicita atualização* quanto à contratação do sistema de controle pela Diretoria Executiva. Em referência ao item de Depósitos Judiciais, presente nas atas nº 68 e 69, o Colegiado *solicita atualização* sobre a contratação do convênio.

1.3 Apreciação das atas nº 28, 646, 647 e 648 da Diretoria Executiva. O Colegiado *analisou* as atas em referência e não teceu comentários.

2. Atualização das Recomendações de Auditoria. O Chefe de Auditoria informou que são realizadas as análises das recomendações e sua classificação quanto ao risco. Atualmente, a Auditoria Interna possui 119 recomendações para serem atendidas, a maioria classificada com risco moderado e baixo. Informou que o Conselho de Administração, juntamente com o Comitê de Auditoria, selecionou 31 dessas recomendações, que foram classificadas como “prioritárias”, para tratamento pela Diretoria Executiva. Foram atendidas 17 recomendações e as 14 recomendações restantes estão dentro do cronograma para sua finalização. O Chefe da Auditoria frisou a importância do feedback e análise da alta administração, pois as recomendações são atendidas por eles. Diante do exposto, o Colegiado *solicitou* a apresentação com as seguintes informações: recomendações, plano de ação, prazo para conclusão e Unidade Administrativa responsável. O Chefe de Auditoria informou que apresentará as recomendações da Auditoria Interna, além das recomendações da CGU.

3. Andamento da contratação do sistema do Banco Central para o controle de Recomendações da Auditoria. O Chefe de Auditoria informou que não ocorreram avanços referentes à contratação do sistema. Houve a assinatura do contrato e toda estrutura disponibilizada pelo Chefe da Auditoria



do BACEN, mas que, na sua implementação, a TI da CBTU identificou que o sistema não era compatível com o ambiente tecnológico da Companhia. O Diretor de Planejamento e Relações Institucionais informou que a expectativa para implementação do sistema é o 1º semestre de 2022.

3.1. Escopo do programa de auditoria para a Superintendência de Belo Horizonte. O Colegiado *analisará* o material enviado pelo Auditoria Interna referente aos contratos ativos na Superintendência e se manifestará na próxima reunião.

4. Apresentação das notas explicativas das demonstrações contábeis do 1º trimestre. O Gerente Geral de Gestão Financeira apresentou as demonstrações contábeis do 1º trimestre. O Colegiado *solicitou informações* sobre as seguintes notas: (i) **Nota 11 – financiamento.** O Gerente Geral informou que, atualmente, esses financiamentos encontram-se zerados. No passado, a Companhia possuía uma caução e um financiamento com o Banco do Brasil como garantia desses financiamentos. O Banco do Brasil propôs a antecipação da quitação da dívida utilizando a caução, gerando economicidade à empresa, que não pagaria juros e encargos nos próximos dois anos. A Gerência Financeira apresentou a proposta para Diretoria Executiva, que deliberou pelo pagamento, com sua quitação em abril/2021. (ii) **Na nota 23 – eventos subsequentes.** Nesta nota são discriminadas como eventos relevantes do 1º trimestre de 2021 a quitação do financiamento e a assinatura do acordo da REFER. O Colegiado *solicitou informações* se a Companhia possui contencioso trabalhista, tomou conhecimento que a Companhia possui contencioso trabalhista, civil e tributário, que estão lançados na provisão, e que nos depósitos judiciais também temos o contencioso trabalhista que são referentes aos depósitos recursais, que são pagamentos para continuidade da ação, além dos depósitos cíveis que são garantia de recurso. O Gerente Geral de Gestão Financeiro informou que menciona no balanço pois é uma informação desde o ano passado referente a intenção da contratação de convênio para os depósitos judiciais. (iii) **Nota 13 – recurso de aumento de capital.** Esta nota trata do valor residual acumulado, até o ano de 2019, para aumento de capital. Como a Companhia era uma sociedade de economia mista, a área financeira realizava o aumento de recurso de capital com base na taxa SELIC. A partir do momento em que a CBTU se tornou empresa pública, deixa de utilizar a taxa SELIC para correção. O resíduo de R\$ 8 milhões, portanto, é referente ao aumento de capital do exercício de 2019. O Gerente Geral elucidou que o aumento do capital é retirado do passivo e é



direcionado para o patrimônio líquido, sem correção. Para este ano, está sendo proposta a capitalização com o valor do patrimônio líquido. Ademais, apesar de R\$ 57 milhões não serem corrigidos, os R\$ 8 milhões continuam sendo corrigidos até sua capitalização integral. (iv) **Nota 10 – Provisão para Contingências (circulante e não circulante)**. O Colegiado questionou a divisão dos valores em março de 2021 e o porquê de a REFER continuar em provisão se a CBTU já firmou o acordo de pagamento da dívida em 15 anos. O Gerente Geral informou que o lançamento consta no 1º trimestre porque o acordo foi homologado em abril de 2021, por isso consta como provisão. Quanto à provisão para contingências (circulante e não circulante), em março de 2020 a REFER estava como dívida e estava no circulante porque estava sendo tratada como uma dívida vencida. Em março de 2021 com a aproximação da homologação do acordo da REFER e posicionamento do Jurídico, a provisão foi classificada como curto prazo de acordo com as informações recebidas pela área jurídica, a ser paga em 365 dias e longo prazo. O lançamento do circulante no valor de R\$ 307,8 milhões é referente a ações cíveis, trabalhistas e tributárias, que serão pagas ainda no exercício de 2021. O Colegiado questionou se o fato de o acordo da REFER ter sido assinado no mês de abril de 2021 terá redução de valor no não-circulante. O Gerente Geral informou que será feita reclassificação de provisão para dívida da REFER no não-circulante, que estará registrado no Balanço do 2º semestre.

5. Apresentação de controle de inadimplência tributária. O Gerente Geral de Gestão Financeira informou que analisou o documento de controle de inadimplência tributária e não identificou fatos relevantes, pois fazem parte da mesma base histórica e que apenas os valores foram atualizados. Como a coordenadora da área tributária está de férias, todas as dúvidas serão repassadas para o empregado responsável a fim de saná-las na próxima reunião do Conselho Fiscal. O Colegiado solicitou informações sobre o pagamento da dívida com a PGFN; Secretaria de Fazenda: a restituição do valor do ICMS/RJ pago a maior pela Companhia; e débitos com a Prefeitura de São Paulo.

6. Receitas não operacionais. O Colegiado analisou o material e não teceu comentários.

7. Ressarcimento de pessoal cedido com e sem ônus. O Colegiado *recomendou* adoção de medidas para redução no número de cessões com ônus e manifestou preocupação quanto ao montante mensal gasto com os cedidos com ônus pela Companhia. O Gerente Geral de Governança informou que o



assunto foi apresentado pela Diretoria Executiva na última reunião ordinária do Conselho de Administração. O Conselho *solicitou* a participação da Gerência de Recursos Humanos caso haja novidade sobre as medidas que estão sendo tomadas a partir do apontamento de indício de irregularidades apontados pelo TCU. Considerando do gasto mensal de R\$ 2,60 milhões com empregados cedidos com ônus para a Companhia, o Colegiado *questionou* se a Diretoria Executiva estuda medidas para redução de gastos, conforme solicitado nas reuniões de nº 547, 548 e 549.

8. Contratos relevantes: examinar as contratações relevantes da empresa em especial dispensas e inexigibilidade. O Colegiado *questionou* o porquê de as planilhas elaboradas pela Superintendência de Recife são emitidas em formatação diferente. A secretária do Conselho de Administração informou que o sistema da Superintendência não é integrado ao sistema do da área Financeira. Informou, ainda, que a Diretoria Executiva está trabalhando ativamente para o saneamento dessa questão. O Colegiado *solicitou* atualização das medidas que serão adotadas, além do envio do material em Excel para análise.

9. Indicadores operacionais gerais e por Superintendência. Base: meses de maio e junho de 2021. O Colegiado analisou o material e não teceu comentários.

10. Execução Orçamentária. O Colegiado *elogiou* a melhoria na apresentação do relatório, mas solicitou que sejam inseridas as análises dos números apresentados. Em referência à página 30 do relatório *solicitou* informações sobre os gastos com investimentos, o porquê de a Administração Central e Superintendência de Recife não terem executado os créditos disponíveis. O Conselho *questionou* se houve evolução quanto à execução do trabalho. O Gerente Geral Jurídico informou que houve redução no número de processos trabalhistas devido à Reforma Trabalhista e novas ações.

11. Evolução do Contencioso. O Colegiado *registrou* a ausência no recebimento prévio das informações para análise. O Gerente Geral Jurídico apresentou escusas pelo ocorrido e informou que monitorará o envio das informações dentro do prazo estabelecido.



12. Participação da diretoria. O Colegiado *registrou* a ausência do Diretor de Planejamento e Relações Institucionais por motivos de saúde.

Encerramento. Foi confirmada a próxima reunião do Conselho para o dia 26 de agosto de 2021, às 14h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

KRISJANIS FIGUEIROA BAKUZIS
Presidente do Conselho Fiscal

FERNANDO MACHADO DINIZ
Conselheiro Fiscal

KAREN CRISTINA CREMER FRANCISCO SÁ TELES
Conselheira Fiscal Suplente

LETÍCIA FRANCO RODRIGUES
Secretária do Conselho Fiscal